



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639994 - GO (2021/0012444-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GILLES SEBASTIAO GOMES
ADVOGADO : GILLES SEBASTIAO GOMES - GO046102
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : JEVERSON PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : ILDIS JOSE MARQUES JUNIOR
CORRÉU : GUSTAVO HENRIQUE VIEIRA DE PAULA
CORRÉU : SIMEIR VINÍCIUS FERREIRA SILVA
CORRÉU : RODRIGO FERNANDES
CORRÉU : PAULO SÉRGIO FERREIRA SANTIAGO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEVERSON PEREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 0620466 89.2021.8.06.0000).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão em regime semiaberto, pela prática do crime de homicídio tentado, ocorrido em 19/06/1994.

O impetrante sustenta que entre o trânsito em julgado para o Ministério Público, em 06/06/03, e a data de cumprimento do mandando de prisão em 10/01/21 - teria decorrido prazo necessário à declaração da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, supostamente alcançada em 05/06/15.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja declarada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva Estatal ou, subsidiariamente, a concessão de prisão domiciliar monitorada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, c, da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência